

HABEAS CORPUS Nº 499.840 - PR (2019/0080002-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ALESSANDRO MAURICI E OUTRO
ADVOGADOS : ALESSANDRO MAURICI - PR030024
GUILHERME OLIVEIRA DE ANDRADE - PR041678
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARUI BERNARDO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARUI BERNARDO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 155, § 4º, I, e 180, *caput*, ambos do Código Penal.

Durante a audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 115/116).

Posteriormente, a defesa formulou pedido de revogação da prisão, o qual foi indeferido pelo Juízo da 8ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba/PR (e-STJ fls. 28/29).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (e-STJ fls. 59/66).

No presente *writ*, a defesa afirma que, "da análise dos autos, é possível perceber que, contrariamente ao que fora exposto nas decisões de primeiro e segundo grau, ora impugnadas, o ora paciente não apresenta qualquer anotação de efetiva reiteração criminosa, haja vista que nunca fora condenado definitivamente pela prática de nenhuma infração penal, sendo, portanto, indivíduo primário e de bons antecedentes" (e-STJ fl. 7).

Sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação, bem como aponta a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão.

Alega, ainda, que a possibilidade de fixação de regime diverso do fechado reforça a desproporcionalidade da prisão, uma vez que, ao final da instrução processual, provavelmente, o paciente será condenado a cumprir pena em regime menos gravoso.

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ainda que, subsidiariamente, mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, opinou o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (e-STJ fls. 234/238).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, aos 29/5/2019 o ora paciente foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora paciente o benefício da liberdade provisória, o presente *habeas corpus* — que objetivava, justamente, a liberdade do acusado — perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator